

## A política científica e tecnológica em Portugal e as Ciências da Comunicação – prioridades e indecisões

Moisés de Lemos Martins<sup>1</sup>

### 1 Introdução

O Conselho Científico das Ciências Sociais e Humanidades da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), constituído por esta Fundação em 2010, elaborou em 2011, um programa estratégico, de aplicação até 2020, para o desenvolvimento e a consolidação desta vasta área científica, em torno de uma agenda com seis tópicos: internacionalização, pluralismo, pluridisciplinaridade, avaliação, disseminação do conhecimento e relação entre as políticas científicas nacional e comunitária.<sup>2</sup> Reuniu-se, ao longo de 2011, com os responsáveis das 132 unidades de investigação desta grande área transdisciplinar, o que nunca havia acontecido na história da FCT nem fora preocupação do Conselho homólogo que o precedeu. As quatro unidades de investigação de Ciências da Comunicação financiadas pela FCT foram ouvidas a 2 de novembro. Estiveram representados o Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS), da Universidade do Minho, o Laborató-

---

1. Professor Catedrático do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, em Braga, Portugal.  
2. Presidido por José Mattoso, o Conselho integrou ainda os seguintes elementos: Heitor Alvelos, Inês Duarte, João Ferrão, João Ferreira do Amaral, Luísa Pedroso de Lima, Paula Elyseu Mesquita, Rosa Maria Perez, e Vasilis Koulaidis. Tinha como objetivo: “apoiar as decisões do Conselho Diretivo da FCT”. Publicou a 7 de Julho de 2011 o seguinte documento: *Ciências Sociais e Humanidades: mais excelência, maior impacto*. E a 28 de Dezembro de 2011, depois de ter concluído a audição das 132 unidades de I&D do país, publicou um “relatório final”, com título homónimo. (CONSELHO CIENTÍFICO..., 2011).

rio de Conteúdos on line (LABCOM), da Universidade da Beira Interior, o Centro de Estudos de Media e Jornalismo (CIMJ), que reúne investigadores de várias instituições universitárias e politécnicas, e o Centro de Estudos de Comunicação e Linguagens (CECL), da Universidade Nova de Lisboa.

Este Conselho confrontou as unidades de investigação com as seguintes quatro questões:

- 1) Processos de avaliação de bolsas, projetos e unidades I&D);
- 2) Papel da FCT no estímulo à pluridisciplinaridade;
- 3) Formas de cooperação institucional entre unidades de investigação da mesma área científica;
- 4) “Formas de estímulo à apropriação social dos resultados de investigação” (CONSELHO CIENTÍFICO..., 2011, p. 5).

Não deixando de dar resposta a estas questões, o Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS), da Universidade do Minho<sup>3</sup>, a única unidade de investigação avaliada pela FCT como “Excellent”, entendeu todavia interrogar o modo como esta instituição que tutela a ciência em Portugal se relaciona com a comunidade científica. Nesse sentido assinalou o facto de a FCT manter “uma lógica centralista na gestão da ciência”. Por essa razão, era entendimento deste centro de estudos que a resposta às quatro questões formuladas remetia “para um mesmo problema estrutural: o da necessidade de a gestão da ciência em Portugal ser mais transparente e descentralizada, respeitando a autonomia dos centros de investigação e a especificidade das áreas científicas”.

Insistindo neste aspeto crucial de um relacionamento próximo entre a instituição de tutela e a comunidade científica, o documento do CECS salienta que “a comunidade académica de Ciências da Comunicação, tanto as suas unidades de investigação, como as suas estruturas associativas, nunca foi ouvida sobre a política científica para o setor, mesmo quando explicitamente solicitou audição”. Era essa a razão pela qual concluía que se desconheciam, por exemplo, “os critérios que têm presidido à constituição dos júris de avaliação de bolsas, projetos e unidades de investigação”. Os investigadores do CECS concluem o seu depoimento sugerindo que “as unidades de investigação, assim como a Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação (SOPCOM), que é a única estrutura associativa de investigadores de Ciên-

---

3. Dos seis centros de investigação avaliados em 2008 pela FCT, numa escala que compreende a categoria de “Poor”, no nível mais baixo da avaliação, e passa pelas categorias de “Fair”, “Good” e “Very Good”, antes do “Excellent”.

cias da Comunicação, com expressão nacional, deveriam ser consultadas, especificamente, nas seguintes matérias: (a) - sobre a presença de um elemento da área no Conselho Científico de Ciências Sociais e Humanidades da FCT (que é há muito tempo uma aspiração da área); (b) - sobre a política de constituição dos painéis de avaliação dos projetos e unidades de investigação, assim como sobre o coordenador dos painéis”. No entendimento dos investigadores do CECS, ambos os aspetos se lhes afiguram como “condições fundamentais para garantir a diversidade dos paradigmas e respeitar uma prática teórica e metodológica plural”.

Mas voltemos a centrar a atenção no documento do Conselho Científico de Ciências Sociais e Humanas da FCT. Embora o documento tome como objeto “as políticas científicas nacional e comunitária”, assinala várias medidas de interesse para o espaço ibero-americano, designadamente:

Dinamizar, com as congéneres espanhola e da América Latina, uma base de dados bibliométrica da qual façam parte as revistas científicas que cumpram as normas da *European Science Foundation* (e.g., quanto à componente internacional do “editorial board”), embora aceitem o espanhol e o português, a par do inglês, como línguas de publicação; Incluir nos indicadores de internacionalização: (i) a autoria conjunta de trabalhos científicos por investigadores nacionais e estrangeiros; (ii) o impacto das publicações; Valorizar, no processo de avaliação, as unidades I&D que participem em redes de conhecimento que assegurem a ligação entre centros de produção científica e periferias consumidoras de ciência; Promover a cooperação científica com os PALOP [Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa], os países da bacia mediterrânica e os países emergentes com os quais Portugal mantém laços históricos e culturais, nomeadamente através de um melhor funcionamento da Ciência Global e de uma melhor articulação das políticas científicas e tecnológicas dos estados membros da CPLP (CONSELHO CIENTÍFICO..., 2011, p. 11).

Cotejando o documento referido, vou passar em revista os vários pontos da agenda científica, na medida em que constituam oportunidades para a consideração do espaço ibero-americano.

## 2 A internacionalização

São hoje condições de existência do mundo, ou seja, condições de possibilidade, subsistência e funcionamento, a globalização, a complexidade e a incerteza. O Relatório do Conselho Científico das Ciências Sociais e das Humanidades da FCT reconhece que a progressiva globalização das últimas décadas teve, à semelhança do que aconteceu “com os restantes países periféricos”, reflexos nas instituições de ensino superior e de investigação (CONSELHO

CIENTÍFICO..., 2011, p. 10). Sobretudo tornou possível “o desenvolvimento de políticas públicas” com os seguintes objetivos estratégicos:

(i) remover as barreiras existentes à atração de estudantes estrangeiros de mestrado e doutoramento, potenciais colaboradores das universidades e instituições científicas portuguesas após a obtenção dos graus; (ii) qualificar ao mais alto nível a população, criando programas de apoio (em particular) ao doutoramento; (iii) qualificar as instituições científicas portuguesas, através de programas que, mediante condições exigentes de avaliação externa realizada por painéis internacionais, assegurem algum financiamento público estável” (CONSELHO CIENTÍFICO..., 2011, p. 10).

Com efeito, uma política de internacionalização da ciência e da tecnologia exprime-se a vários níveis. Compreende medidas ao nível da “formação avançada”, com destaque para a qualidade dos programas de pós-graduação, que devem estar associados e articulados estrategicamente com unidades de I&D e inseridos em redes de contactos para o desenvolvimento de investigação cooperativa e em parceria internacional. Compreende a “promoção do emprego científico” para jovens investigadores doutorados, sendo incentivada a sua contratação por unidades de I&D. Compreende um programa de “qualificação das instituições científicas nacionais”, apoiado numa política de avaliação, “conforme aos padrões adotados nas instituições de referência”, e tendo em vista o “aumento da percentagem de publicações de investigadores nacionais em revistas constantes de bases bibliométricas internacionais” (CONSELHO CIENTÍFICO..., 2011, p. 10). E como não existem políticas sem recursos que as tornem exequíveis, o Conselho refere o “financiamento público”, que deve garantir duas coisas: um “financiamento plurianual” dos centros (hoje chamado PEST, ou “projeto estratégico”), para o normal funcionamento das unidades de investigação, de mérito reconhecido através de avaliações externas promovidas pela FCT; e linhas de financiamento competitivo, para projetos de investigação (CONSELHO CIENTÍFICO..., 2011, p. 10).

Em termos gerais, o Conselho reconhece que num mundo globalizado não podemos deixar de ser competitivos, embora a competição académica deva ser sempre cooperativa, não se cingindo a meras preocupações de mercado, ou seja, não se confinando a transferências de conhecimento que interessem apenas o mercado.

Foram gigantescos, entretanto, os progressos dos últimos anos na política científica em Portugal. Embora, de uma maneira geral, não tenhamos dados precisos para as Ciências da Comunicação, podemos indicar números que são relevantes na política científica de Portugal, cujos efeitos dão conta

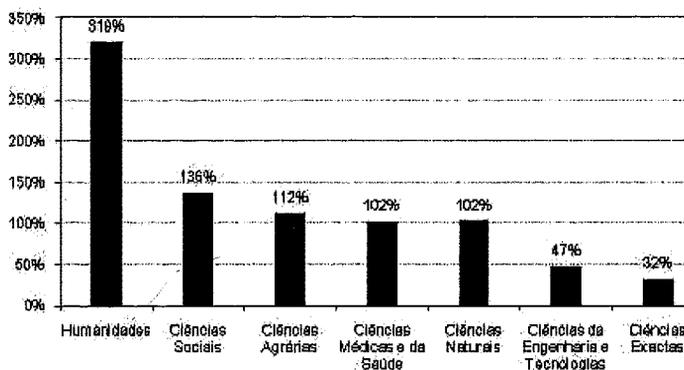
não apenas do crescimento das áreas científicas em geral, mas também, indiretamente, das Ciências da Comunicação.

Em finais dos anos 1980, a política pública para a ciência representava em Portugal apenas 0,40% do PIB. Em 2005, havia passado para 0,81%. E em 2009, era de 1,71% (CONSELHO CIENTÍFICO..., 2011, p. 7).

Ou seja, foram precisos quinze anos, de finais dos anos 1980 até 2005, para os fundos públicos aplicados na política científica duplicarem. Mas nos últimos anos, andámos muito mais depressa: bastaram cinco anos, de 2005 a 2009, para os fundos públicos voltarem a duplicar.

Lembro, neste contexto que as Ciências da Comunicação tinham sete bolsas de doutoramento da FCT, em 1997, e 53 em 2009. E em 1998, tinham uma única bolsa de pós-doutoramento, e sete bolsas em 2008.

Entretanto, nestes mesmos anos, entre 2004 e 2009, a taxa de crescimento do número de publicações por área científica, viu as Humanidades crescer 319% e as Ciências Sociais crescer 136%, sendo que as Ciências da Comunicação, em Portugal, se repartem por estas duas áreas (Figura 1).



**Figura 1— Taxa de crescimento do número de publicações por área científica entre 2004 e 2009**  
 Fonte: Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (2011)

Também o número de publicações, por país da União Europeia em milhão de habitantes, quase duplicou em Portugal, entre 2004 e 2009 (passou de 373 publicações para 703), o que significou um expressivo progresso, apenas superado pelo Luxemburgo (que passou de 281 para 720), e que fez aproximar Portugal dos valores da Itália, que em 2009 tinha 758 publicações por milhão de habitantes (Figura 2).

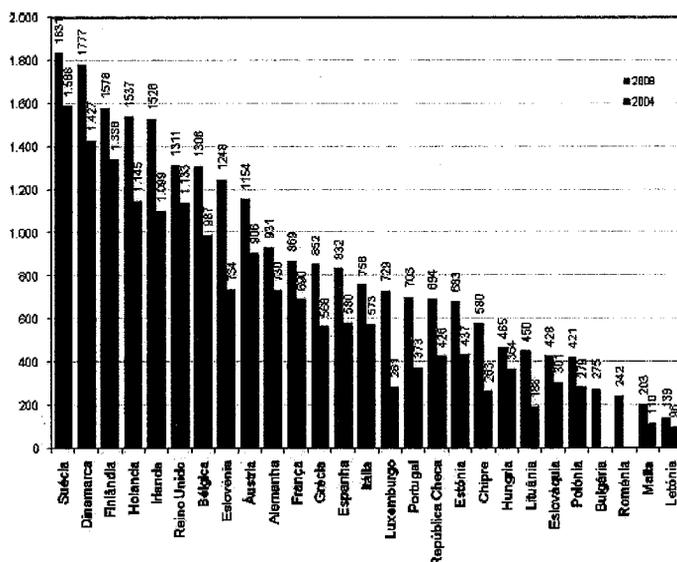


Figura 2: Número de publicações por país da UE em milhão de habitantes, 2004 e 2009

Fonte: Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (2011)

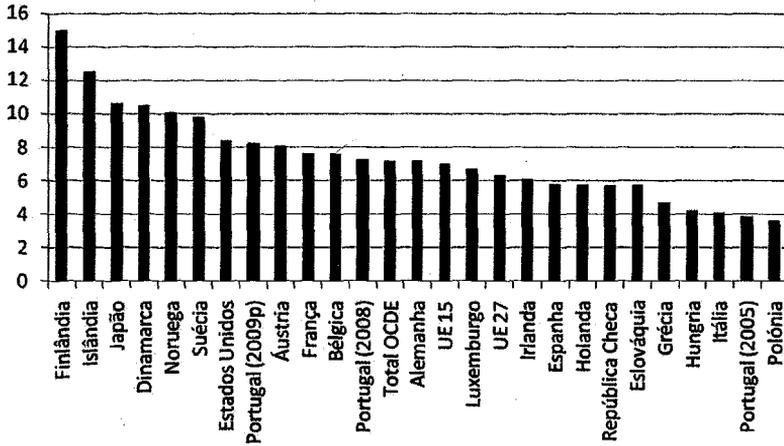
Por sua vez, o número de investigadores por mil ativos, que em finais dos anos oitenta andava por 1,5, nos escassos cinco anos, de 2005 a 2009, duplicou em Portugal, passando de 3,5 investigadores em 2005 para 7,2 investigadores em 2008, o que colocou Portugal à frente de países como a Holanda, a Itália, a Espanha, a Grécia e a Irlanda, por exemplo, e com valores proporcionalmente comparáveis à Alemanha (Figura 3).

### 3 Prioridades e indecisões

No depoimento que apresentaram à FCT, os investigadores do CECS, muito embora reconhecendo o esforço feito na política científica dos últimos anos, colocam muitas interrogações ao sentido dos avanços obtidos e fazem um conjunto alargado de propostas.

#### 3.1 A constituição dos painéis de avaliação

Entendem os investigadores do CECS que, no atual estado de desenvolvimento das Ciências Sociais e Humanas em Portugal, tanto no que se



**Figura 3: Total de investigadores por per milagem da população ativa.**

Fonte: Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (2011).

refere aos projetos como às unidades de investigação de Ciências da Comunicação, “faria todo o sentido que eles tivessem a participação de investigadores portugueses, que dessem à avaliação o sentido da especificidade da área no contexto nacional”, dado que é isso, aliás, o que se passa “na acreditação e avaliação dos cursos do ensino superior”.

Entendem, por outro lado, que a constituição dos painéis deve contar com “a participação de elementos da comunidade lusófona e, mais alargadamente, ibero-americana, particularmente investigadores brasileiros e espanhóis, dadas as opções estratégicas que têm vindo a ser traçadas pela comunidade nacional de Ciências da Comunicação para a investigação, assim como a dinâmica internacional das suas unidades de pesquisa”.

Finalmente, salientaram que, em paralelo com os painéis disciplinares, deveriam ser constituídos pela FCT “painéis interdisciplinares”, que atendessem às características multidisciplinares de certos projetos.

Por sua vez, o Conselho Científico das Ciências Sociais e das Humanidades da FCT, no Relatório já mencionado, insiste no desenvolvimento de “uma política científica de natureza pluridisciplinar”, no estímulo à “criação de redes ou unidades pluridisciplinares de excelência em domínios científicos inovadores”, e na abertura de concursos “para temas considerados candentes da sociedade portuguesa que impliquem uma abordagem pluridisciplinar” (CONSELHO CIENTÍFICO..., 2011, p. 15).

O facto, todavia, de a FCT ter defendido “desde o seu início sistemas de avaliação da excelência da investigação baseados na avaliação por pares” e de ter sido, por outro lado, “dos primeiros países europeus a recorrer sistematicamente a painéis de júris internacionais na avaliação de projetos e de unidades de investigação”, levou o Conselho a concluir que “o sistema de avaliação da ciência em Portugal funciona de forma confiável, suportado por plataformas robustas que permitem a conciliação de painéis presenciais com a existência de especialistas num sistema remoto” (CONSELHO CIENTÍFICO..., 2011, p. 16). Nestas circunstâncias, no que respeita a esta questão específica da avaliação dos projetos de natureza transdisciplinar, as propostas do Conselho são muito parcimoniosas. Reconhecendo que “o atual sistema não está preparado para a avaliação interdisciplinar mas apenas para projetos disciplinares” (CONSELHO CIENTÍFICO..., 2011, p. 19), a principal proposta do Conselho é a de “criar e atualizar uma base de dados de especialistas nacionais e estrangeiros nas diversas áreas científicas de modo a facilitar a identificação de potenciais avaliadores (presenciais ou remotos) (...)” (CONSELHO CIENTÍFICO..., 2011, p.20).

### 3.2 A avaliação dos projetos

A preocupação dos investigadores do CECS centrou-se naquilo a que chamam “um sério desperdício de experiência e de qualidade” na atual prática de avaliação de projetos. Interrogaram as razões pelas quais “equipas já constituídas e consolidadas, que executaram projetos em que a avaliação do relatório final atingiu nível elevado”, veem habitualmente os seus novos projetos recusados pelos painéis de avaliação.

Fazem as seguintes propostas:

a) Que a avaliação do relatório de um projeto concluído “seja feita pela mesma equipa que o aprovou para financiamento”:

b) Que na proposta de um novo projeto, a aprovação do relatório final de um projeto anterior da mesma equipa, com classificação elevada, deve corresponder “a pelo menos 50% da avaliação do novo projeto, se porventura o projeto desenvolver a mesma temática, aprofundando-a”;

c) Que a avaliação dos relatórios finais dos projetos tenha a mesma escala de avaliação que as propostas de projectos: “Poor; Fair; Good, Very Good, Excellent”, e não as classificações: “objetivos totalmente atingidos”, “objetivos parcialmente atingidos”, “objetivos não atingidos”.

### 3.3 O processo de atribuição de bolsas de doutoramento e pós-doutoramento

Insistindo na necessidade de uma gestão descentralizada e responsabilizadora, os investigadores do CECS defendem o direito de “as unidades de elevados padrões de qualidade e excelência” poderem gerir a atribuição de bolsas de doutoramento e pós-doutoramento. A Fundação poderia, no entanto, manter concursos para bolsas de doutoramento, a ser atribuídas a candidatos “que se encontrem fora do enquadramento de unidades de investigação de excelência, ou então, ouvindo o Conselho da área, sobre temas específicos, que respondam a políticas particulares (para dar um exemplo, sobre temas lusófonos)”.

No Relatório do Conselho Científico das Ciências Sociais e das Humanidades da FCT são destacados estes dois aspetos:

- (i) Avaliação dos programas de doutoramento para efeitos de atribuição de bolsas; e
- (ii) Identificação de áreas prioritárias que permitam a valorização internacional das capacidades e competências de investigação existentes em Portugal: por exemplo, o tema “diálogo de culturas”, num contexto de emergência de novos países, como o Brasil (...) (CONSELHO CIENTÍFICO..., 2011, p. 29).

### 3.4 A multidisciplinaridade e a interdisciplinaridade

Os investigadores do CECS entendem que a FCT deve “assegurar as condições que permitam, por parte dos painéis de avaliação, um funcionamento representativo, equilibrado e plural da atividade científica”.

Para o Conselho de Ciências Sociais e Humanidades da FCT, a questão da multidisciplinaridade e a interdisciplinaridade prende-se com “o pluralismo dos temas e o pluralismo de paradigmas e de metodologias de análise” (CONSELHO CIENTÍFICO..., 2011, p. 12).

De um modo geral, os painéis de avaliação de projetos apenas concebem uma maneira *standard* de realizar projetos de investigação, segundo uma racionalidade forte, explicativa, com procedimentos objetivos, que são sempre os mesmos e remetem para uma “operacionalização empírica”.

No paradigma *mainstream* das Ciências Sociais e Humanas, os pontos de vista hermenêuticos, fundados numa racionalidade limitada e em procedimentos teórico-metodológicos maleáveis, contendem com as certezas do paradigma *standard* da ciência, que remetem para instrumentos de medida.

Pensamos que é conveniente distinguir, no entanto, rigor científico, objetividade e isenção de valores. Como assinala Max Weber em *A objectividade do conhecimento na ciência política e na ciência social* (1904):

Não há uma análise científica “objetiva” da vida cultural, ou das “manifestações sociais” independente de determinadas perspectivas especiais e parciais, graças às quais estas manifestações possam ser, explícita ou implicitamente, consciente ou inconscientemente, seleccionadas, para se tornarem no objeto da investigação, ou analisadas e organizadas relativamente ao exposto (WEBER, 1983, p. 205-206).

O Conselho Científico de Ciências Sociais e Humanidades da FCT faz, entretanto, a seguinte recomendação: “sem abdicar dos melhores critérios de avaliação do mérito científico da investigação e sem pretender a ressurreição de paradigmas científicos já ultrapassados”, a FCT deve assegurar uma composição dos painéis de avaliação de bolsas, projetos e unidades I&D “que dê a garantia de respeitar o pluralismo de paradigmas e metodologias” (CONSELHO CIENTÍFICO..., 2011, p. 13). E mais adiante, salienta a necessidade de desenvolver na FCT

dispositivos de monitorização dos processos de avaliação sob a sua responsabilidade, visando aumentar a capacidade interna de reflexividade sobre os resultados desses processos e reforçar a sua componente pedagógica e de fator de aprendizagem junto das unidades de I&D e responsáveis de projetos alvo de avaliação” (CONSELHO CIENTÍFICO..., 2011, p. 29).

### *3.5 As Ciências da Comunicação e as Ciências Sociais*

O Conselho Científico das Ciências Sociais e Humanidades da FCT questiona, todavia, a insuficiente dimensão de algumas unidades, razão pela qual propõe “uma redefinição das áreas científicas das ciências sociais e das humanidades para efeitos das unidades I&D, projetos e bolsas” (CONSELHO CIENTÍFICO..., 2011, p. 29). Poderia pensar-se que estão neste patamar os centros das Ciências da Comunicação. Apenas quatro são financiados pela FCT e todos têm entre vinte e trinta investigadores. Os investigadores do CECS, no depoimento que fizeram para a FCT, contrariaram a ideia de que a solução pudesse passar pela “diluição das Ciências da Comunicação no grande bloco de Ciências Sociais (particularmente no bloco da Sociologia)”. Mesmo com os tempos a recomendarem “a racionalização dos recursos”, entendem os investigadores do CECS que “constituiria um empobrecimento a diluição das Ciências da Comunicação nesse único bloco alargado”. A concretizar-se uma reordenação do campo científico, insistem estes investigadores, “deveria ser acautelada a existência de subcomissões para as áreas espe-

cíficas, no caso da avaliação de unidades de investigação, de candidaturas a projetos e a bolsas. E entre as áreas específicas deveriam constituir um caso particular a ser considerado as Ciências da Comunicação e da Informação”<sup>4</sup>.

Deve ser assinalado, no entanto, que o CECS propôs à FCT, em 2008, a constituição de um Laboratório Associado em Ciências da Comunicação com o LABCOM – Laboratório de Conteúdos On-line, da Universidade da Beira Interior (Covilhã). Esta proposta teve, na sua origem, debates prolongados do CECS e do LABCOM com o CECL, da Universidade Nova de Lisboa, o CICANT, da Universidade Lusófona de Lisboa, e o grupo de Ciências da Comunicação do ISCTE (sendo vontade destes Centros que o Laboratório pudesse compreender o conjunto dos centros das Ciências da Comunicação do país – houve, aliás, entretanto, contactos nesse sentido com o CETAC-Media, das Universidades do Porto e de Aveiro). A proposta de Laboratório, uma rede nacional das unidades de investigação de Ciências da Comunicação, com definição estratégica partilhada e gestão integrada, apenas foi formalizada, no entanto, em nome do CECS e o LABCOM, dois Centros de investigação com a classificação, respetivamente, de Excelente e Muito Bom<sup>5</sup>.

Para finalizar, o Relatório do Conselho questiona “a desadequação dos indicadores bibliométricos como fator quase exclusivo de avaliação do grau de internacionalização” nas Ciências Sociais e Humanidades. E conclui pela “insuficiente presença portuguesa em parcerias internacionais, nomeadamente nas que envolvem países da comunidade lusófona (...)” (CONSELHO CIENTÍFICO..., 2011, p. 2).

4. Bem curioso e revelador deste ponto de vista “racionalizador”, mas de uma racionalidade hegemônica pela Sociologia, é o artigo publicado, em 2009, na revista *Sociologia* da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, por Fernando Luis Machado, diretor do principal centro de Sociologia do país, o Centro de Investigação de Estudos em Sociologia (CIES), do ISCTE. Nesse artigo, a ideia defendida é a de que as Ciências da Comunicação são um apêndice da Sociologia. (MACHADO, 2009).

5. O CECL, da Universidade Nova de Lisboa, em depoimento escrito, apresentado na FCT a 2 de Novembro de 2011, lembrou o “projeto de Laboratório Associado oportunamente submetido pelas unidades desta área [Ciências da Comunicação]”, atendendo ao facto de ser “diminuta a massa crítica da grande maioria dos centros de investigação portugueses, os das Ciências da Comunicação incluídos”, e de, por essa razão, lhes estar “vedado o acesso a concursos para projetos internacionais e designadamente europeus e até mesmo o acesso a projetos nacionais de dimensão significativa, nomeadamente aqueles que têm origem em solicitações da sociedade ou do mundo empresarial extra-académico” (CECL, 2011).

## 4 As línguas nacionais, a diversidade das culturas e o diálogo cultural

Ao pensarmos na construção de um espaço comum ibero-americano de ensino e de investigação nas Ciências da Comunicação, é ponto assente que essa construção apenas se pode realizar através das línguas nacionais, o português e o espanhol, como línguas de pensamento. Se estas línguas não forem línguas de conceptualização, empobrecem e definham como línguas vivas<sup>6</sup>.

O Conselho Científico das Ciências Sociais e das Humanidades da FCT também refere como grande domínio de intervenção da FCT, para o futuro, “valorizar a investigação de qualidade publicada em língua portuguesa” (CONSELHO CIENTÍFICO..., 2011, p. 3). E propõe que seja dada

uma atenção especial à promoção da qualidade das revistas portuguesas e ao apoio à sua internacionalização através da sua integração em bases de dados reconhecidas na comunidade científica, bem como a criação de prémios que distingam o mérito de investigadores ou publicações nacionais” (CONSELHO CIENTÍFICO..., 2011, p. 19).

Neste mesmo sentido vai a proposta da definição de “uma política de incentivo à publicação em língua portuguesa em revistas indexadas” (CONSELHO CIENTÍFICO..., 2011, p. 29). E pode dizer-se a mesma coisa, no que respeita à proposta de ser apoiada

a criação de indicadores bibliométricos das revistas portuguesas, de modo a que possam servir de referência na avaliação de CV de investigadores portugueses, quer em concursos noutros países, quer para os avaliadores estrangeiros de projetos portugueses” (CONSELHO CIENTÍFICO..., 2011, p. 20).

Por outro lado, a construção de um espaço comum ibero-americano de ensino e de investigação em Ciências da Comunicação não pode deixar de atender à diversidade latino-americana, constituída por vinte e três países, que se juntam a dois países europeus também diversos. Miquel de Moragas, presidente da Direção da Asociación Española de Investigadores de Comunicación (AE-IC), costuma falar do espaço das línguas latinas, pensando, ainda, em parte da corda mediterrânica, que acrescenta aos países referidos os casos de França e de Itália. E tanto os portugueses como os brasileiros não

---

6. Sobre este aspeto, ver Martins (2011; 2008); Martins; Sousa; Cabecinhas (2006); Fidalgo (2008); Macedo; Martins; Macedo (2010); Macedo; Martins; Cabecinhas (2011).

podem confinar a sua ideia de espaço comum de ensino e de investigação à Europa e à América Latina. Por essa razão, entram nos seus cálculos os oito países de expressão portuguesa, entre os quais os países africanos de Angola e Moçambique.

A realidade das línguas portuguesa e espanhola, como línguas oficiais do vasto espaço ibero-americano, não pode escamotear, no entanto, a sua extraordinária diversidade cultural. Se centrarmos o pensamento no México e na América Central, é importante ter em conta as setenta línguas indígenas faladas nestes países. Em todo o espaço latino-americano haverá mais de quinhentas línguas, tendo elas sido milhares. Cento e setenta são, por exemplo, as línguas faladas no Brasil.

O facto de estes países terem duas línguas oficiais, a língua portuguesa e a língua espanhola, apesar de constituir uma oportunidade, um desafio e uma comodidade, não pode deixar de constituir também uma dificuldade. Pelo facto de o espaço ibero-americano constituir uma diversidade, as línguas portuguesa e espanhola devem servir tanto esta diversidade como esta pluralidade. Estes países partilham muitas coisas, a democracia e a competição, por exemplo, e também conflitos, desigualdades, iniquidades e injustiças. A realidade destas sociedades é, todavia, o multiculturalismo.

A constituição e a construção do espaço ibero-americano de ensino e de investigação nas Ciências da Comunicação não pode, pois, omitir o desafio do diálogo intercultural, nem passar ao lado do combate destas sociedades para integrar os excluídos.

## 5 Uma nota final

Passada uma semana sobre o encontro dos representantes dos principais centros de investigação de Ciências da Comunicação, que ocorreu a 2 de novembro de 2011, o Conselho de Ministros aprovou a criação de um Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia<sup>7</sup>. Em princípio, esta entidade dispensaria o Conselho Científico das Ciências Sociais e Humanidades, dado tratar-se de uma entidade consultiva do Governo, constituída “pelos melhores cientistas e empreendedores do país”, presidida pelo Primeiro-Ministro. Ao ser anunciada a criação da nova entidade, são anunciadas igualmente alterações

7. Ver: CASA DOS BITS. “Governo aprova criação do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia. Disponível em: [http://tek.sapo.pt/noticias/computadores/governo\\_aprova\\_criacao\\_do\\_conselho\\_nacional\\_d\\_1199886.html](http://tek.sapo.pt/noticias/computadores/governo_aprova_criacao_do_conselho_nacional_d_1199886.html)> Acesso a 9 de novembro de 2011.

ao modelo de financiamento das unidades de investigação, concentrando os apoios financeiros “onde eles são cientificamente mais rentáveis”. Proclama-se, por outro lado, a intenção de “reduzir a carga administrativa das avaliações institucionais, promovendo a iniciativa individual dos investigadores e incentivando a competitividade das instituições”.

Ou seja, quando finalmente parecia firmar-se uma política científica em Portugal, que articulava a direção estratégica do Estado com a realidade da comunidade científica, regressa a indefinição das políticas e o marasmo institucional.

## Referências

CASA DOS BITS. Governo aprova criação do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia. Disponível em: <[http://tek.sapo.pt/noticias/computadores/governo\\_aprova\\_criacao\\_do\\_conselho\\_nacional\\_d\\_1199886.html](http://tek.sapo.pt/noticias/computadores/governo_aprova_criacao_do_conselho_nacional_d_1199886.html)> Acesso em: 9 de nov. 2011.

CECL – Universidade Nova de Lisboa. Depoimento escrito, apresentado na Reunião do Conselho Científico das Ciências Sociais e das Humanidades da FCT, com as unidades de investigação de Ciências da Comunicação, a 2 de novembro de 2011.

CECS – Universidade do Minho. Depoimento escrito, apresentado na Reunião do Conselho Científico das Ciências Sociais e das Humanidades da FCT, com as unidades de investigação de Ciências da Comunicação, a 2 de novembro de 2011.

CONSELHO CIENTÍFICO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS E DAS HUMANIDADES DA FCT. *Ciências Sociais e Humanidades, mais excelência, maior impacte*. (Relatório final, 28.12.2011).

FIDALGO, A. As línguas ibéricas face à informação global, In: SIERRA, F., DE LEMOS, M., GÓMEZ, F. (Eds.). *Comunicación y Desarrollo Cultural en la Península Ibérica: Retos de la Sociedad de la Información*. Actas del III Congreso Ibérico de Comunicación, Universidad de Sevilla, AICE & SOPCOM, 2008, p. 43- 53.

LIVRO VERDE. *Dos desafios às oportunidades: para um quadro estratégico comum de Financiamento da Investigação e Inovação da EU*, Relatório, Bruxelas, 2011.

MACHADO, F. L. Meio século de investigação sociológica em Portugal: uma interpretação empiricamente ilustrada. *Sociologia*, FLUP, 2009. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/7212.pdf>> Acesso em: julho 2011.

MACEDO, L., MARTINS, M. L. ; CABECINHAS, R. (Eds.). Blogando a lusofonia: experiências em três países de língua oficial portuguesa. In: *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona*, IX, “Lusofonia e Cultura-Mundo”, CECS e Grácio Editor., 2011.

MACEDO, L., MARTINS, M. L.; MACEDO, I. (Eds.). I Por mares nunca dantes navegados: contributos para uma cartografia do ciberespaço lusófono. In: *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona*, VIII, Lusofonia e Sociedade em Rede, CECS e Grácio, 2010, p. 11-39.

MARTINS, M. L. A ideia ibérica como recusa da *reductio ad unum*. A propósito de *A Jangada de Pedra* de José Saramago, In: SIERRA CABALLERO, F.; DE LEMOS; A. Gómez Perez, F. (Eds.). *Comunicación y Desarrollo Cultural en la Península Ibérica: Retos de la Sociedad de la Información*. Actas del III Congreso Ibérico de Comunicación, Universidad de Sevilla, AICE & SOPCOM, p. 57-65, 2008.

MARTINS, M. L. Globalization and Lusophone World. Implications for Citizenship. In: PINTO, M.; SOUSA, H. (Eds.). *Communication and Citizenship. Rethinking crisis and change*. (IAMCR Conference, 2010). Coimbra: Grácio Editor, p. 75-84, 2011.

MARTINS, M. L.; SOUSA, H.; e CABECINHAS, R. (Eds.). *Comunicação e Lusofonia*, Para uma abordagem crítica da cultura e dos media. Porto: Campo das Letras. (Coleção Comunicação e Sociedade), 2006.

WEBER, M. *Fundamentos da Sociologia*. Porto: Rés, 1983.

*World Social Science Report 2010 do International Social Science Council (ISSC) – UNESCO Publishing, Paris.*